



AEDOS

Revista do corpo discente
do PPG-História da UFRGS

A violência simbólica e o antifeminismo: uma análise da revista *Era Nova* (Parahyba, 1920)

Symbolic violence and the antifeminism: an analysis of the era nova magazine (Parahyba,
1920)

Vitória Diniz de Souza¹

Resumo: Este trabalho tem como objetivo analisar os discursos antifeministas que surgiram na imprensa no início do século XX, que baseados em representações pejorativas, participaram da elaboração de estigmas sobre as feministas e seus ideais. Enquanto essas mulheres lutavam por direitos, diferentes discursos foram construídos sobre elas na tentativa de desqualificá-las. A fonte analisada será a revista *Era Nova* (1921-1926), periódico literário e noticioso que circulou na Parahyba. Essa pesquisa procura analisar esses discursos como formas de violência simbólica, a partir dos estudos de Rachel Soihet, Pierre Bourdieu e Roger Chartier. Estabelecendo um diálogo com os estudos de Gênero, com a História das Mulheres e com a História Cultural.

Palavras-Chave: Antifeminismo. Imprensa. Violência Simbólica.

Abstract: This study aims to analyze the antifeminist discourses that appeared in the press in the early twentieth century, based on pejorative representations, that participated in the elaboration of stigmas about feminists and ideals. While these women fought for rights, different discourses were built about them in an attempt to disqualify them. The analyzed source will be the magazine *Era Nova (New Age)* (1921-1926), literary and news periodical that circulated in Parahyba. This research to analyze these discourses as forms of symbolic violence, from the studies of Rachel Soihet, Pierre Bourdieu, and Roger Chartier. Establishing dialogue with studies of Gender, the History of Women and Cultural History.

Keywords: Antifeminism. Press. Symbolic Violence.

Introdução

Pesquisar sobre o feminismo é um desafio, sua trajetória é marcada por descontinuidades, tendo o seu aparecimento e reaparecimento assumido novos significados de acordo com o contexto em que aparece. Enquanto essas mulheres estavam em busca de

¹ Graduada em História pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e mestranda em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

direitos, apareciam homens e também mulheres, se opondo a esses ideais, sendo que, através de seus textos, percebemos que as imagens dessas militantes estavam associadas a representações pejorativas, tendo seus autores, abusado do uso de estereótipos para desqualificar tais mulheres.

O interesse em estudar os discursos antifeministas surgiu durante a minha participação no Projeto de Iniciação Científica² que tinha o objetivo de analisar os discursos que apareciam na imprensa paraibana sobre o feminismo e suas militantes durante os anos de 1910 e 1920. Isto me fez questionar a emergência desses discursos. Quem os manifestava? Qual era a visão que expressavam sobre o feminismo? Quais as justificativas que utilizavam para protestarem esses ideais? Refletindo sobre o papel que assumem em fazer desacreditar o movimento feminista e suas militantes. A perspectiva que procuro abordar sobre esses discursos é a da historiadora Rachel Soihet (2005; 2013) – ao retomar os estudos do sociólogo Pierre Bourdieu³ e do historiador Roger Chartier⁴ – percebendo-os como manifestações de uma violência simbólica, formas de violência sutis, engenhosas, que, igualmente à violência física, contribui para a manutenção das desigualdades.

Em meio às lutas feministas, oponentes se manifestaram de forma acirrada e o antifeminismo foi uma constante. Esse antifeminismo aparecia comumente na imprensa por meio da zombaria ou através da justificativa de que a mulher é naturalmente inferior, utilizando as diferenças sexuais como parâmetro. Esses discursos foram ao longo do século XIX se consolidando, a partir dos valores burgueses que eram legitimados por diferentes instituições. Rachel Soihet (2013), em seu texto *Cem anos de violência simbólica. Saberes masculinos e representações femininas (1850-1950)*, discute como as instituições de dominação masculina ao longo desses cem anos, como a Igreja, as ciências, a educação, a medicina, a literatura, o Estado, tiveram um papel fundamental em definir os espaços que seriam permitidos para as mulheres, muito se falava sobre elas, de como deveriam se comportar, falar, pensar, sentir, desejar, na tentativa de impor controle sobre suas subjetividades. A autora define esses saberes e representações como manifestações da violência simbólica, conceito que ela propõe enquanto:

A violência, porém, não se resume a atos de agressão física, decorrendo igualmente, de uma normatização na cultura, da discriminação e da submissão feminina. As teorias construídas e instauradas por homens – estabelecendo um duplo discurso do homem sobre o homem e do homem sobre a mulher – restritivas da liberdade e da

²“*Que elas Querem?*”: Discursos sobre o Feminismo na Paraíba do início do século XX (1910-20). Programa de Iniciação Científica, Cota: 2016/2017, UEPB/CNPq. Coordenadora: Dr.^a Alômia Abrantes da Silva.

³ BOURDIEU, Pierre. *A Dominação masculina*. 11 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

⁴ CHARTIER, Roger. *Diálogos entre os sexos e dominação simbólica (nota crítica)*. Cadernos Pagú (4). Núcleo de Estudos de Gênero/UNICAMP, 1995.

autonomia feminina que convertem uma relação de diferença em uma hierarquia de desigualdade, configuram uma forma de violência e nesse caso insere-se, igualmente, a violência simbólica. (SOIHET, 2005, p. 321).

Esses discursos são assumidos enquanto verdades absolutas, e ao serem repetidos, se naturalizam. Rachel Soihet (2013), explicitando tal teoria, afirma que a construção da identidade feminina se teria pautado na interiorização pelas mulheres das normas enunciadas pelos discursos masculinos, o que corresponde a uma violência simbólica, que supõe a adesão dos dominados às categorias que embasam sua dominação:

Assim, definir a submissão imposta às mulheres como uma violência simbólica ajuda a compreender como a relação de dominação – que é uma relação histórica, cultural e linguisticamente construída – é sempre afirmada como uma diferença de ordem natural, radical, irreduzível, universal. (SOIHET, 2013, p. 200).

Até mesmo algumas mulheres defendiam tais valores, tinham uma visão negativa sobre a luta feminista e seus ideais, possuindo opiniões tradicionais sobre os papéis sexuais de homens e mulheres. Por outro lado, a incorporação da dominação não exclui a presença de variações e manipulações por parte dos dominados, a aceitação pela maioria das mulheres de determinados cânones, não significa, apenas, vergarem-se a uma submissão alienante, mas, igualmente, construir um recurso que lhes permita deslocar ou subverter a relação de dominação.

A escolha da revista *Era Nova*⁵ aconteceu devido, em sua época, ter sido um dos mais atuantes periódicos em pautar questões do feminino e, em torno dessas, falar mais direta ou indiretamente sobre o feminismo e seus ideais de emancipação das mulheres. Fundada por Severino Lucena, a revista surgiu na cidade de Bananeiras, em 1921, no entanto, com pouco tempo passou a ser editada na Parahyba do Norte⁶. Sua circulação permaneceu, segundo alguns autores, até 1926. Sendo publicada quinzenalmente, tinha a contribuição de intelectuais e escritores paraibanos e de outras regiões. Uma de suas marcas é o uso da fotografia para ilustrar suas páginas, o que era novidade na época, sendo elas retratos de pessoas, principalmente, mulheres da elite paraibana. E ainda se destaca por atrair o público feminino e por ter uma participação mais intensa em seus textos de autoras mulheres. (ABRANTES, 2010, p. 93).

Sua primeira publicação foi no dia 27 de março e 1921, tendo como capa a imagem de uma mulher dirigindo um automóvel, simbolizando a ideia de modernidade e vanguarda. Ela circulava não apenas na capital da Parahyba do Norte, mas também era vendida para o interior

⁵ O acesso a esses exemplares foi feito por meio do acervo de periódicos digitalizados da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

⁶ A capital do estado da Paraíba, atual João Pessoa, no período estudado era chamada de Parahyba do Norte. A mudança para o atual nome ocorreu em 1930.

e para os estados vizinhos. Ela era impressa pela oficina gráfica da Imprensa Oficial e sua assinatura podia ser feita anualmente, semestralmente ou podia-se comprar o exemplar avulso, custando a unidade, em 1922, \$600 réis. Seus textos, geralmente, eram crônicas, opiniões, poesias, contos, notícias sobre a agenda cultural da cidade, notas sobre os assinantes da revista, como aniversários, casamentos e falecimentos. Possuiu algumas colunas regulares, como a *Cartas de Mulher* que será abordada nesse texto.

Nesse período não se verifica a existência de uma “imprensa feminina” na Paraíba, pois não se encontra um número significativo de periódicos reservados exclusivamente ao que se considerava interesse feminino, nem que priorizavam esse público. No entanto, por exemplo, na revista *Era Nova*, a feminização começa a ser visível, seja pelas seções e artigos, que tratavam dos temas ditos “femininos”, ou pela inserção de textos assinados por mulheres, ou pelas propagandas destinadas ao público feminino, através de anúncios que buscassem seduzi-las com produtos voltados à saúde, moda e cosmética. (ABRANTES, 2010).

A imprensa enquanto fonte histórica oferece diversas possibilidades de análise, a historiadora Tania Regina de Luca (2015) faz ponderações sobre o uso desse tipo de fonte e levanta algumas particularidades que é preciso estar atento ao trabalhar com elas. Segundo a autora, o pesquisador dos jornais e revistas trabalha com o que se tornou notícia, o que por si só já abarca um espectro de questões, pois será preciso dar conta das motivações que levaram a decisão de dar publicidade a alguma coisa. Entretanto, ter sido publicado implica atentar também para o destaque conferido ao acontecimento, para o local em que se deu a publicação nas suas páginas. Sendo que, os discursos adquirem muitas formas, inclusive, pelos procedimentos tipográficos e de ilustração que os cercam. A ênfase em certos temas, a linguagem e a natureza do conteúdo tampouco se dissocia do público que o jornal ou a revista pretende atingir. Além disso, a utilização da imprensa periódica não se limita a extrair um ou outro texto de autores isolados, por mais representativos que sejam, mas antes prescreve a análise circunstanciada do seu lugar de inserção e delinea uma abordagem que faz dos impressos, a um só tempo, fonte e objeto de pesquisa historiográfica.

Sobre a revista em particular, a historiadora Ana Luiza Martins (2003) destaca as imensas possibilidades de análise do gênero “revista” como fonte, sendo esta modalidade de publicação periódica um suporte rico e diversificado de documentos, síntese privilegiada de instantâneos reveladores de processos históricos, representação material de práticas de consumo, usos e costumes. Lembrando que o gênero possui suas próprias características que se diferencia do gênero “jornal”, este que procura noticiar os fatos e tem sua publicação

diária, enquanto a revista tem um tempo maior entre publicações se diferenciando na seleção dos conteúdos e na sua materialidade.

A metodologia empregada nesse trabalho é a análise do discurso. A definição de discurso utilizada nesse trabalho será a mesma empregada por Stuart Hall (2013):

Discursos são maneiras de se referir a um determinado tópico da prática ou sobre ele construir conhecimento: um conjunto (ou constituição) de ideias, imagens e práticas que suscitam variedades no falar, formas de conhecimento e condutas relacionadas a um tema particular, atividade social ou lugar institucional na sociedade (HALL, 2016, p. 26).

Stuart Hall (2016) afirma que a abordagem discursiva examina não apenas como a linguagem e a representação produzem sentido, mas como o conhecimento elaborado sobre determinado discurso se relaciona com poder, regula condutas, inventa e constrói identidades e subjetividades e define o modo pelo qual certos objetos são representados, concebidos, experimentados e analisados. Recaindo invariavelmente sobre a especificidade histórica de uma forma particular ou de um “regime” de representação.

Segundo Helena Brandão (2004), o discurso é um espaço em que saber e poder se articulam, pois, quem fala, fala de algum lugar, a partir de um direito reconhecido institucionalmente, que passa por verdadeiro, que veicula saber e, é gerador de poder. Através da análise do discurso e sua historicidade, pensamos que:

A linguagem enquanto discurso não constitui um universo de signos que serve apenas como instrumento de comunicação ou suporte de pensamento; a linguagem enquanto discurso é interação, e um modo de produção social; ela não é neutra, inocente, nem natural [...] (BRANDÃO, 2004, p. 11).

O objetivo aqui é analisar a produção de discursos acerca da mulher feminista e as representações a ela relacionadas que circulavam na imprensa dos anos 1920. Em sua maioria, eram representações negativas e pejorativas, em tom de deboche, medo, raiva, baseadas em estereótipos e no senso comum. A escolha desse tipo de abordagem possibilita analisar as implicações desse tipo de representação e suas repetições ao longo das publicações do periódico. Apesar da revista não ter o foco antifeminista, os discursos sobre a feminista emitidos por aqueles que publicavam seus textos na Revista, normalmente estavam associados a esse tipo de visão. Por meio dessa abordagem, procura-se discutir sobre as dificuldades enfrentadas pelas mulheres no início do século XX, principalmente aquelas que se posicionavam abertamente enquanto feministas.

Com a Nova História Cultural, a historiografia tem procurado novas fontes e métodos para produzir história, problematizando os sentidos conferidos ao mundo, que se manifestam em palavras, discursos, imagens, coisas e práticas, presentes nos vestígios que encontramos

do passado. Sendo que, o/a historiador/a traça uma narrativa sobre, ao analisar os seus produtos culturais dentro do contexto histórico em que fazem parte, lhes atribuindo uma historicidade, e através deles, reflete sobre como homens e mulheres pensavam e construíam explicações para a realidade.

Sendo possível, a partir dessas representações e práticas, “reconstruir” fragmentos desse passado, reorganizados no tempo presente pelo historiador de acordo com os seus procedimentos teóricos e metodológicos. Não mais a posse dos documentos ou busca de verdades definitivas. Não mais uma era de certezas normativas, de leis e modelos regerem o social. “Uma era da dúvida, talvez, da suspeita, por certo, na qual tudo é posto em interrogação, pondo em causa a coerência do mundo. Tudo o que foi, um dia, contado de uma forma, pode a vir ser contada de outra” (PESAVENTO, 2006, p. 16).

Uma historiografia que visibilize as mulheres e suas trajetórias é uma realidade hoje. Elas que permaneceram ignoradas nas narrativas históricas tradicionais, uma História que por muito tempo era de caráter político, área dominada por homens, dificilmente encontraria vozes femininas. Felizmente, esse cenário vem mudando, sendo a História das Mulheres um campo popular no meio acadêmico, atualmente. No que tange ao feminismo, também se encontra pesquisas e obras publicadas sobre, no entanto, ainda há muito desconhecimento, como acerca de suas práticas há mais de um século, principalmente, nas regiões periféricas do país. A dominação masculina não aconteceu de forma linear, sabemos que houve formas de resistência, mas os vestígios são escassos, principalmente sobre as práticas cotidianas. Portanto, consideramos a importância de se pesquisar sobre a manifestação das mulheres contra as formas de dominação e sua organização política, levando em consideração o movimento contrário que surge quando elas buscam mudanças. Sendo o feminismo ao longo da sua trajetória alvo de preconceitos e representações pejorativas que, desse modo, contribuíram para barrar suas conquistas. Compreendendo que quando falamos de mulheres, é preciso ter em mente a sua diversidade étnica, racial, regional e social, priorizando suas diferentes experiências.

A propósito, é importante percebermos que ao longo do tempo foram estabelecidos espaços sociais diferenciados para homens e mulheres, por isso, o conceito de gênero é fundamental para compreendermos o caráter cultural dessas distinções, entre ideias sobre o feminino e o masculino. Tendo as discriminações de gênero assumido diferentes formas, variando com o momento histórico e o lugar, sendo historicamente justificada mediante a atribuição de qualidades e traços de temperamento diferentes a homens e mulheres, que são utilizados para delimitar seus espaços de atuação. Dessa maneira, a categoria gênero nos

fornece uma gama de possíveis análises sobre as diferentes experiências dos sujeitos, que variam de acordo com as classificações sobre o que é feminino e o que é masculino, a antropóloga Adriana Piscitelli, propõe que:

[...] o conceito de gênero requer pensar não apenas nas distinções entre homens e mulheres, entre masculino e feminino, mas em como as *construções de masculinidade e feminilidade* são criadas na articulação com outras diferenças, de raça, classe social, nacionalidade, idade; e como essas noções se embaralham e misturam no corpo de todas as pessoas, inclusive aquelas que, como intersexos, travestis, transexuais, não se deixam classificar de maneira linear como apenas homens ou mulheres. (PISCITELLI, 2009, p. 146). (Grifos da autora)

O lugar do discurso é fundamental para compreendermos como essas diferenças foram estabelecidas e naturalizadas, pois eles enunciam valores morais de quem o produz, a partir do contexto social em que faz parte. À vista disso, ao tratar a noção de discurso presente na imprensa, temos um lugar privilegiado para se analisar as imagens atribuídas ao feminino e ao feminismo, percebendo essa imprensa enquanto instituidora de normas e influenciadora no comportamento dos seus leitores. Uma vez que nela se encontra presente conflitos sociais, sendo uma ferramenta importante na construção dos preconceitos e estereótipos atrelados ao feminismo, e dessa maneira, atuando para evitar que as mulheres se identificassem e participassem do movimento.

Considerações sobre o feminismo no início do século XX

Ao longo do século XIX, mulheres reivindicaram direitos no Brasil. Nesse período, suas pautas, na maioria das vezes, apareciam através da literatura⁷, em torno da figura de mulheres que tinham acesso à escrita, geralmente, exigindo o direito a uma educação de qualidade e uma emancipação intelectual. Porém, é no início do século XX que elas começam a se organizar, aparecem exigindo o direito ao voto, à cidadania, a educação, ao trabalho e a autonomia. A ideia de “emancipação da mulher” viria conquistar adeptas em diferentes seguimentos da sociedade.

Com a industrialização ocorreram mudanças no comportamento das famílias relacionadas ao consumo. O trabalho que já era comum no cotidiano das mulheres pobres, começa a fazer parte da vida das mulheres pertencentes às classes médias urbanas, pois elas passam a ser fundamentais na contribuição financeira de suas famílias. Em decorrência disso,

⁷ Uma das mulheres que se manifestou nesse período em torno das questões da “emancipação feminina” foi a escritora, educadora, abolicionista e republicana Nísia Floresta (1810-1885), nascida no Rio Grande do Norte, transpôs fronteiras ao utilizar a literatura para manifestar-se a favor dos direitos das mulheres, considerada a primeira feminista no Brasil, foi responsável por publicar no Brasil uma releitura da obra *Reivindicações dos direitos da mulher* da inglesa Mary Wollstonecraft, com o título *Direito das mulheres e injustiça dos homens* em 1833 (DUARTE, 2005; GONÇALVES, 2006).

em diversos setores sobrevieram reivindicações de aumento das possibilidades de capacitação profissional e da supressão de barreiras impostas ao trabalho feminino remunerado. Aderiram a elas também mulheres da elite, desejosas da realização profissional e autossuficiência econômica. Para que isso acontecesse precisavam ter acesso a uma educação de qualidade, direito ao voto e de elegibilidade, reconhecendo esses como instrumentos importantes para o alcance desses objetivos (SOIHET, 2012).

Uma das marcas desse feminismo que se configurou na primeira metade do século XX foi a luta pelo direito ao voto e representação. Durante a Primeira República, com a constituição de 1891, apesar das reivindicações, as mulheres não tiveram garantia a esses direitos. O projeto foi discutido, mas não foi aprovado. No entanto, devido à ambiguidade da lei que esclarecia que podiam votar os “cidadãos brasileiros”⁸, algumas mulheres tentaram exercer o direito ao voto e a eleição, porém, foram indeferidas, entre elas, Leolinda Daltro⁹, que, não satisfeita, fundou em 1910 o Partido Republicano Feminino, a fim de ressurgir no Congresso o debate sobre o voto feminino. Em 1917, organizou uma passeata com 84 mulheres no Rio de Janeiro, surpreendendo a todos, o que contribuiu para que no mesmo ano o deputado Maurício de Lacerda apresentasse na Câmara um projeto de lei sobre o sufrágio feminino, entretanto, o projeto nem chegou a ser discutido (PINTO, 2003; SOIHET, 2012). Essas não foram as únicas tentativas de mulheres reivindicando o direito ao voto nesse período, mas não obtiveram êxito, e esses direitos só viriam a ser conquistados em 1932.

Uma das características do movimento nesse período é o seu caráter personalista, suas reivindicações estavam ligadas a personalidades femininas que apareciam reivindicando direitos. De acordo com Céli Regina Pinto (2003, p. 14), “algumas dessas manifestações são organizadas, outras são vozes solitárias de mulheres que se rebelam contra as condições em que viviam na época”. A autora afirma ainda, que nesse feminismo de primeira onda é possível identificar três vertentes diferentes no movimento. A primeira delas é liderada por Bertha Lutz¹⁰, mais organizada, tem como questão central a incorporação da mulher como

⁸ Esse “esquecimento” não foi coincidência, segundo Céli Regina Pinto (2003), as mulheres nem sequer foram citadas entre os excluídos ao sufrágio na constituição de 1891, naquela época não se acreditava que a mulher tivesse direitos políticos, muito menos votar e ser votada.

⁹ Leolinda Daltro foi professora, em 1909 requereu o alistamento eleitoral, porém foi rejeitada, por isso foi uma das fundadoras do Partido Republicano Feminino em 1910. Tendo sua história fora do comum, criou cinco filhos, separada do marido e, a partir de 1895, percorreu o interior do Brasil, passando por Minas Gerais e Goiás, chegando à fronteira do Maranhão, em uma cruzada em defesa dos índios, contra o extermínio e o autoritarismo da catequese. (PINTO, 2003).

¹⁰ Bertha Lutz foi o nome mais expressivo desse feminismo de primeira onda que marca as primeiras décadas do século XX no Brasil. Em 1918 retornou da Europa, onde estudou, sendo a segunda mulher a entrar no serviço público no Brasil. Em 1922 criou a Federação Brasileira para o Progresso Feminino (FBPF), sua luta central era o direito ao voto e encontrou eco entre alguns políticos. A luta da FBPF teria alcance nacional, chegando a criar

sujeito portador de direitos políticos. Esse é um movimento que chega a ter alcance nacional, porém, possui limites, nunca define a posição da exclusão da mulher, sendo uma luta pela inclusão, no entanto, não se apresenta como alteração nas relações de gênero. Por isso, Céli Regina Pinto o denomina como feminismo bem comportado, por não romper com os padrões de gênero. A segunda vertente seria um feminismo difuso, ele se expressava através da imprensa feminista alternativa. Preocupadas ou não com os direitos políticos, essas mulheres têm um campo mais vasto de questões, defendem a educação da mulher e falam em dominação dos homens e no interesse deles em deixar a mulher fora do mundo público, chegando a tocar em questões delicadas para a época como sexualidade e divórcio. A terceira vertente, a autora define como feminismo mal comportado, liderado por Maria Lacerda de Moura, que estava vinculado ao Movimento Anarquista e, posteriormente, ao Partido Comunista. Defendia a liberação da mulher de forma “radical”, levantando questões acerca da exploração do trabalho feminino, do amor livre e do controle da natalidade.

É importante observar que a imprensa teve um papel fundamental na difusão dos ideais feministas, tendo algumas mulheres, utilizado esse meio de comunicação para se manifestarem acerca da libertação feminina e do sufrágio. Comumente elas eram intelectuais reconhecidas em seu meio, que tiveram acesso à educação, sendo que, faziam parte das classes médias urbanas e de uma elite política e econômica. Nas regiões mais urbanizadas do Brasil, como São Paulo e Rio de Janeiro, houve a presença de uma imprensa feminista, que apesar de não ter tido uma longa duração e do baixo investimento, foi importante em promover esses ideais.

A Parahyba do Norte e o feminismo

No período aqui analisado não há evidências de um movimento feminista organizado na Paraíba, no entanto, encontramos manifestações positivas no discurso de mulheres que apareciam timidamente defendendo alguns desses ideais. Por exemplo, Simone Costa (2015), em sua tese de doutoramento, nos apresenta um panorama sobre o feminismo que se manifestou nessas primeiras décadas do século XX, na Paraíba. Durante a leitura, encontramos o discurso emblemático da professora e advogada Catharina Moura¹¹ que em

correspondentes em alguns estados brasileiros. Há notícias da criação de correspondentes nos estados de Minas Gerais, Bahia, São Paulo, Ceará, Rio Grande do Norte e na Paraíba (PINTO, 2003). No caso da Paraíba, por exemplo, temos a fundação da Associação Paraibana para o Progresso Feminino (APPF), criada em 1933 (SILVA, 2016).

¹¹ Catharina de Moura Amsteim, nascida em 1882, na capital paraibana, foi a primeira mulher a ingressar na Faculdade de Direito de Recife depois da Proclamação da República e a primeira paraibana a conquistar um diploma de educação superior. Educada para ter uma profissão e assumir um papel social que lhe garantisse mais

1913 aceitou o convite do então presidente do Estado da Paraíba, Castro Pinto, para proferir uma conferência no Teatro Santa Rosa sobre os direitos das mulheres no novo contexto político, social e cultural, organizada pela Universidade Popular e prestigiada por políticos, intelectuais e educadores do Estado.

A conferência *Os Direitos da Mulher*, realizada no dia 01 de abril de 1913, foi publicada, na íntegra, em duas partes, pelo jornal *A União*. De acordo com Simone Costa (2015) durante os cinquenta minutos em que teve o domínio da palavra, Catharina Moura usou do poder da oratória para lançar seus argumentos em defesa dos direitos da mulher, principalmente, os políticos. Defendeu a emancipação feminina como algo benéfico para a sociedade e para o progresso do país, porque não compreendia como um país que visava a modernização, o progresso e a civilização, poderia manter suas mulheres presas a um passado remoto e não permitir que evoluíssem e atuassem na sociedade. Ela considerava injusto que a mulher intelectualizada fosse preterida em relação a um homem analfabeto por causa do seu sexo:

Falemos sobre: Direitos da mulher, especializando os direitos políticos, isto é, aqueles dos quais os homens no Brasil não deu ainda à mulher a mínima parcela, achando que muito pesa na fidelíssima balança da política o voto de um homem, mesmo ignorante, quase analfabeto, incapaz de avaliar o valor moral e intelectual de um candidato; ao passo que é imponderável o voto de uma representante do outro sexo por mais inteligente, culta e mesmo prudente que todos a reconheçam. [...] Mas como não será assim se as leis são feitas pelos homens, se são os representantes do sexo forte que legislam para si e para nós? (MOURA apud COSTA, 2015, p. 52).

A conquista dos direitos políticos esteve entre as principais pautas defendidas pelo feminismo nessa época, infelizmente, as leis não permitiam que as mulheres tivessem participação política. Nesse trecho, Catharina Moura é incisiva na defesa da participação do sexo feminino nos assuntos políticos, percebendo a injustiça que sofriam ao terem que obedecer às leis que eram criadas por homens e que ignoravam a existência das mulheres, considerando a importância delas legislarem sobre as leis que deveriam obedecer e sobre si mesmas.

Ela defendeu, ainda, a necessidade de uma educação feminina voltada para os temas políticos e sociais, que possibilitasse às mulheres uma competente participação social e que trabalho, educação e política não eram incompatíveis com a vida doméstica do lar. Ela afirma nessa mesma conferência que não se considerava feminista, no entanto, via de maneira positiva a luta das mulheres por direitos, compreendendo sua conquista como uma condição

que um casamento, Catharina desenvolveu um perfil feminino pouco comum para uma época em que raras eram as mulheres que tinham acesso ao ensino superior e o direito de desenvolver uma atividade profissional entendida como exclusivamente masculina (COSTA, 2015).

necessária para o progresso da família e da sociedade, reconhecendo também a necessidade de se investir na educação feminina. Tendo o seu discurso assumindo um papel de vanguarda no que se refere à luta das mulheres por direitos na Paraíba.

Outro exemplo de mulheres que apareceram defendendo seus direitos na Paraíba, temos o caso da professora Analice Caldas¹² que teve uma participação efetiva na imprensa durante a década de 1920. Ela aparece defendendo o feminismo em alguns de seus textos, tendo sido um nome recorrente na revista *Era Nova*, possuindo uma coluna permanente no periódico. Ela via o feminismo como uma “necessidade social”, sendo uma “corrente de reconstrução moral” e da “responsabilidade do futuro” (ABRANTES, 2010). Defendia que a mulher era tão capaz quanto qualquer homem para trabalhar nas diversas atividades. Apesar de não se nomear enquanto feminista via de maneira otimista o movimento. Conseguiu, através da imprensa, apresentar suas impressões sobre o que seria o papel feminino da época e defender a conquista de direitos. Houve também outras mulheres defendendo uma maior participação social e política da mulher, a maioria aparecia na imprensa, como Lylia Guedes, Olivina Olívia¹³ e Albertina Correia Lima, que junto a Analice Caldas, foram responsáveis em fundar em 1933, a Associação Paraibana pelo Progresso Feminino, filiada à Federação Brasileira para o Progresso Feminino, liderada por Bertha Lutz, cujo principal objetivo era elevar a condição feminina na Paraíba.

O contexto em que elas aparecem é marcado por desconfianças ao aparecimento de mulheres atuando no espaço público, tendo elas encontrado muitas dificuldades para se estabelecerem. Durante a pesquisa identificamos que a maioria dos textos eram escritos por homens que tinham uma visão conservadora sobre essas mulheres e seu papel social, que era constantemente associado a maternidade e ao lar. Nesse período, a Paraíba vivenciava transformações nos costumes, por isso durante a leitura das edições da revista *Era Nova* percebemos uma crise entre o que era “antigo” e “tradicional” *versus* o “novo” e “moderno”, principalmente, no que diz respeito ao comportamento de mulheres e homens.

A Paraíba nesse período passava por um processo de mudanças nos valores e costumes. A “onda modernizadora” do início do século XX, transformava as principais cidades brasileiras como Rio de Janeiro e São Paulo que se inspiravam ao estilo cosmopolita

¹² Analice Caldas nasceu em 1891, em Alagoa Nova-PB, formou-se pela Escola Normal e a partir de 1912 tornou-se professora. De uma formação intelectual privilegiada e bem relacionada na sociedade paraibana da época, publicou artigos em diversos jornais e revistas sobre educação, comportamento e sobre os direitos das mulheres. (COSTA, 2015)

¹³ Procurando traçar um trajeto biográfico das mulheres escritoras no estado da Paraíba no início do século XX temos a tese de doutoramento de Ana Maria Coutinho Sales (2005) *Tecendo fios de liberdade: escritoras e professoras da Paraíba do começo do século XX*.

européu. Em comparação aos principais centros urbanos do país, a Parahyba teve um processo lento de modernização, que por ser uma cidade de costumes rurais, tentava se adaptar aos novos costumes “civilizados” da urbanização. A partir da leitura de Araújo e Meneses (2010) percebe-se que o desejo de se “vestir de moderno” ultrapassava as diferenças que, por exemplo, as cidades brasileiras possuíam com relação às metrópoles modernas como Paris e Londres.

A imprensa tem um papel fundamental na construção dessa modernidade, ela era então o principal meio de comunicação de longo alcance, através dos jornais, escritos pelos principais intelectuais paraibanos da época, emitindo opiniões sobre as notícias e novidades do momento. Sendo consumida principalmente pela elite, era sinônimo de status e distinção em um país em que a população era majoritariamente analfabeta. Como nos lembra Waldeci Chagas (2010, p.41), “assim, a leitura de jornais edificou-se como hábito dos homens e mulheres modernos, transformando-os em anônimos comentaristas dos fatos e ao mesmo tempo, consumidores dos produtos anunciados nas páginas dos jornais”.

Poucas mulheres se aventuravam na escrita, algumas delas se destacavam e tinham suas assinaturas em crônicas e poemas. No primeiro ano de publicação da revista *Era Nova* há um número restrito de textos assinados por mulheres, porém esse número vai aumentando ao longo dos anos, tendo inclusive algumas colunas e seções assinadas por elas. Contudo, poucos espaços eram permitidos para que elas se manifestassem, alguns assuntos eram até então proibidos para elas, como política e ciência, sendo alvo de repreensão àquelas que cruzassem os limites. Assim, suas abordagens geralmente aconteciam através de poemas e crônicas cotidianas que tocavam temas relativos às relações entre homens e mulheres.

E quando o assunto é o feminismo o número é ainda menor, dificilmente elas falavam sobre, certamente, havia um receio por parte delas em tocar no assunto, por causa dos estereótipos atribuídos as suas militantes. Para conseguirem reconhecimento elas tinham que convencer aqueles que detinham o poder, desde que não desestruturassem a “ordem natural das coisas” e continuassem sendo o que se esperava do “belo sexo”.

O risível como arma antifeminista

Uma senhora, fazendo uma preleção sobre os direitos do sexo feminino, dizia, mostrando a importância da mulher na sociedade:
- Onde estaria o homem se não fosse a mulher?
- No paraíso! Minha senhora, responderam todos.
(Autor Desconhecido, Revista *Era Nova*, 15 setembro 1925).

O trecho acima foi encontrado discretamente entre as propagandas do exemplar número 86 da revista *Era Nova*. Nos últimos anos de publicação começaram a aparecer tirinhas cômicas, nas últimas páginas, ao lado das propagandas, eram piadas curtas que serviam para divertir o leitor e para que não perdesse de ver os produtos anunciados. No entanto, a presença de piadas que tivessem como alvo rir das mulheres que defendiam os “direitos da mulher” chama a atenção pelo fato de que, com frequência, as reivindicações feministas e suas militantes eram representadas em piadas, charges e caricaturas nos periódicos que circulavam nessa época (SOIHET, 2001; 2005; 2012; 2013).

O deboche e a zombaria foram ferramentas importantes utilizadas por aqueles que atacavam as demandas feministas, sendo comum retratarem as militantes e suas reivindicações com doses de ironia e deboche. Por exemplo, nesse trecho, o autor zomba da personagem que “fazendo uma preleção sobre os direitos do sexo feminino”, faz uma pergunta: “Onde estaria o homem se não fosse à mulher?” e todos os interlocutores respondem: “No Paraíso! Minha Senhora”. O uso do recurso cômico, sem dúvida, traz um sentido de irrelevância às causas feministas, desmerecendo suas demandas. Sendo que também assume outro sentido, pois, ridicularizam não apenas as feministas, mas as mulheres no geral, como se elas não fizessem nada além de perturbarem os homens. O título dessa piada é *Tinham Razão*, que aparece para confirmar a resposta dos interlocutores, ou seja, que tinham razão sobre as mulheres.

Quentin Skinner (2002), em um estudo sobre as conexões entre as concepções filosóficas de Hobbes e a cultura humanista da Renascença, propõe que um dos aspectos da teoria do discurso persuasivo, herdada da cultura retórica da antiga Roma, era a crença de que o riso pode ser usado como uma arma potente em debates legais e políticos. Ele realça que o riso é uma ferramenta importante para causar constrangimento e desmoralizar um adversário. Em seu livro, ao citar Quintiliano em seu *Institutio Oratória*, afirma que podemos ser bem sucedidos ao fazer com que “nossos adversários dialéticos pareçam ridículos, provocando o riso contra ele, esperando assim, arruinar sua causa e persuadir a audiência a tomar partido por nosso lado.” (SKINNER, 2002, pp. 9-10) Portanto, o riso pode ser utilizado para ridicularizar um adversário, seja uma pessoa ou um grupo, e assim, desmoralizar seus argumentos. Nesse caso, o riso foi uma ferramenta utilizada para desmoralizar o movimento feminista, ridicularizando suas militantes e seus ideais.

Em uma crônica intitulada *Avô Bonifácio*, do autor Carlos Dias Fernandes, um dos colaboradores da revista, encontramos outro exemplo de ridicularização dessas mulheres. Ao

caracterizar uma das personagens enquanto feminista, ele a representa através de adjetivos caricatos que eram comuns serem associados às militantes:

Quando os jornais da terra noticiaram os esposais, correu um sussurro de despeito entre as meninas casadoiras. Somente a *agressiva* mille. Barroso, que *no frescor dos seus 42 anos se fizera feminista*, evoluindo renhidamente em *megera*, ao comentar o ruidoso exemplo, numa roda de amigas, dissera escarnia:
- Não lhe invejo a sorte. Casar com um morfético! Tem bom gosto. (FERNANDES, Revista *Era Nova*, 01 maio 1922). (grifos nossos)

Ao retratar a personagem enquanto feminista, o autor a descreve com os termos “megera” e “agressiva”. Além de estar subentendido que ela também era “solteirona” no trecho: “no frescor dos seus 42 anos se fizera feminista”, visto que, nesse período se uma mulher com 42 não fosse casada, logo era tida como solteirona, um qualificativo que colocaria em suspeição sua opinião.

Simone Costa (2015) afirma que assumir-se feminista, no início do século XX, era estar preparada para todos os embates, saber se defender de todas as palavras e manifestações antifeministas e preconceituosas que incidiam sobre aquelas, que se colocavam publicamente em prol dos direitos das mulheres. Era não se importar com os estereótipos de “mulher homem”, homossexual, feia, revoltada, solteirona, fracassada, inimiga dos homens e outras tantas denominações que elas eram obrigadas a carregar. Revistas e jornais da época buscavam ridicularizar as feministas publicamente através de discursos, charges, piadas, chacotas e outros métodos, com o propósito de desmoralizar o movimento.

A desqualificação do feminismo, geralmente, é atribuída ao fato de as feministas sufragistas inglesas terem defendido suas reivindicações de forma barulhenta e violenta (BARD apud PEDRO, 2012). À primeira vista esta maneira de representar as mulheres empenhadas na luta por direitos parece inofensiva, dado que visava apenas divertir o público leitor. Porém, na verdade, o uso da comicidade na abordagem de suas reivindicações tende a difundir uma imagem de falta de seriedade das preocupações femininas, ao contrário das masculinas. Fazendo com que suas exigências não fossem levadas a sério, sendo vistas como irrelevantes. Rachel Soihet (2001) ao fazer uma análise da utilização da zombaria como instrumento de descrédito das lutas das mulheres pela emancipação através de periódicos que circulavam no Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século XX, afirma que:

Trata-se da utilização do deboche, da zombaria como forma de constranger mulheres, que lutaram por direitos, buscando frear quaisquer alterações nas relações de gênero, aprisionando-as em papéis que lhes impossibilitassem o exercício de plena cidadania. À primeira vista, visava-se apenas divertir o público leitor, depreende-se, porém, dessa atitude forte conservadorismo, revelador do receio da perda do predomínio masculino nas relações de poder entre os gêneros. (SOIHET, 2001, p. 01).

O constrangimento dessas mulheres pela imprensa revela a forte onda de conservadorismo que buscava barrar as transformações no comportamento dessas mulheres. A propósito, a zombaria não era a única característica presente nesses discursos, esse antifeminismo se caracterizava de outras maneiras, sendo que normalmente eles seguiam um padrão muito similar, marcados por argumentos acerca das aptidões “naturais” dos sexos, pela defesa da feminilidade, pela ordem natural das coisas, sendo comum aparecerem em nome da defesa da família e das crianças.

O feminino e a “ordem natural”

A revista *Era Nova* possuía uma coluna chamada *Cartas de Mulher*, assinada pelo pseudônimo de Viôleta¹⁴. Ela teve publicações frequentes durante os anos de circulação da revista. Em seus textos abordava temas relacionados ao “universo feminino”, opinando acerca de assuntos sobre comportamento e relacionamentos, no formato de carta para suas leitoras. Seus textos eram marcados pelo uso da ironia tratando de temas diversos direcionados as mulheres, como casamento, marido, fidelidade, ciúmes, dança, moda, revelando opiniões, defendendo o recato feminino e os valores morais da época. Em uma de suas cartas “ela” resolveu abordar o assunto feminismo, refletindo uma visão bem conservadora sobre:

No que pese ás conquistas do feminismo, eu sou radicalmente infensa à participação das mulheres na política, administrativa e econômica das sociedades modernas.

A mulher tem o seu universo, que é o lar. Fora daí, a sua grande missão no mundo está desvirtuada.

Admito que ela vá até à escola e aí modele o coração e forme a mentalidade das crianças.

[...] São, pois, dois mundos esses, o lar e a escola, abertos à mulher. (VIOLÊTA, Revista *Era Nova*, 01 setembro 1922).

“Ela” defende de forma enfática a sua oposição a presença das mulheres na política e em cargos que se acreditava pertencente ao universo masculino, revelando a dicotomia entre público/privado, masculino/feminino, característica marcante nos textos daqueles que se opunham a participação das mulheres na política, como se fossem campos opostos. Percebemos também que, nessa época, permanecia no imaginário comum a imagem da mulher como a “rainha do lar”, aquela que enquanto esposa e mãe, tem a família como prioridade, não se permitindo a “extravagâncias”, como participar da política, da administração e da economia das sociedades modernas. Essa representação feminina era bem difundida nesse período, sendo atribuída como algo natural.

¹⁴ Sobre a sua autoria não há consenso sobre sua identidade, mas acredita-se que seja escrita por um escritor “desejoso de satirizar as discussões sobre o feminino que então se colocavam” (SILVA, 2000, p. 70). Em seus artigos abusa dos discursos sobre as diferenças de gênero, escrevendo sobre aspectos relacionados ao que se considerava como “universo feminino”.

Em vista disso, a única profissão feminina que era bem vista nesse período era o magistério, que era compreendida como uma continuação das atividades maternas. Acreditava-se que as mulheres tinham naturalmente aptidão para a maternidade, por isso, caso trabalhassem, seu ofício deveria estar de acordo com a sua natureza. Desse modo, se procurassem profissões que não estivessem de acordo com tais características, não cumpririam bem sua função no mundo, a de mãe. No trecho seguinte “ela” procura justificativas científicas para embasar sua opinião:

Em que se baseam os inspiradores desse movimento socialista em favor da emancipação da mulher?

Que é que podem eles? Igualdade de direitos? Mas essa igualdade é absurda, porque não podem gozar dos mesmos direitos e regalias seres anatômica e fisiologicamente tão desiguais, como o são homem e a mulher.

Um fato observado na longa série animal, é que os seres do sexo masculino gozam sobre os do outro sexo de inteira superioridade sob quaisquer aspectos, físico e moral.

Para admitir essa igualdade, tem que se fazer abstração da ordem natural dos seres e das gradações entre os sexos. (VIOLETA, Revista *Era Nova*, 01 setembro 1922).

É comum a utilização das diferenças anatômicas entre os sexos masculino e feminino para justificar os aspectos culturais dos seus comportamentos. O uso da biologia e do comportamento animal é apropriado como uma regra sobre as diferenças entre a fêmea e macho da espécie humana, difundindo uma visão de superioridade do macho e inferioridade da fêmea. Durante o século XIX, teorias sobre as diferenças biológicas entre os sexos se consolidaram, as diferenças genitais passaram a indicar as ocupações diversas para cada sexo: esfera privada para as mulheres e a pública para os homens. Essa “ordem natural” é usada como justificativa para a permanência de desigualdades, estabelecendo o lugar de inferioridade sobre o feminino. Essa seria a dinâmica da sociedade burguesa, sendo esses discursos legitimados através das diferentes instituições sociais:

Uma das imagens mais fortemente apropriadas, redefinidas e disseminadas pelo século XIX ocidental é aquela que estabelece uma associação profundamente íntima entre a mulher e a natureza, opondo-a ao homem identificado à cultura. Retomada por um velho discurso que tentava justificar as teorias e práticas liberais – que, embora comprometidas com o princípio da igualdade, negava às mulheres o acesso à cidadania, através da ênfase na diferença entre os sexos - tal imagem seria revigorada a partir das descobertas da medicina e da biologia, que ratificavam cientificamente a dicotomia: homens, cérebro, inteligência, razão lúcida, capacidade de decisão *versus* mulheres, coração, sensibilidade, sentimentos. (ENGEL, 1997, p. 332).

Para além da utilização das diferenças biológicas para justificar a inaptidão das mulheres ao serviço público, os discursos de Violêta são marcados por uma visão misógina sobre as mulheres, caracterizando-as enquanto “objeto de luxo” e “adorno” para o homem, como no trecho a seguir:

Não vou até aplaudir, nestas minhas considerações, as excentricidades desse genial escritor da moda, que é Nietzsche, quando ele faz ao homem a advertência de que, indo ter ao convívio das mulheres, não se esqueçam do chicote!

Mas, que nós somos uma dourada fragilidade um adorno para o homem, um objeto de luxo e gozo, caríssimo, às vezes, ninguém m'ó contestará de bôa fê.

E que só no lar as nossas virtudes, a nossa graça, o nosso encanto, tudo isso, em suma, que constitui o nosso imenso poder de sedução e beleza, encontra o seu ambiente natural, ninguém, também, m'ó há de contestar.

Tudo o mais é, pois, um perigo. A mulher só é verdadeiramente feliz quando diz “ele quer” e o homem quando diz: “eu quero”. (VIOLETA, Revista *Era Nova*, 01 setembro 1922).

Percebemos que ao citar Nietzsche, Violêta apesar de “não aplaudir” as considerações do autor, não as questiona, relevando o papel que ele concede as mulheres como um animal que precisa ser domado. Em seguida, ela afirma que o lugar feminino é enquanto um objeto de adorno para o homem, atribuindo o poder feminino à beleza e a sedução, reiterando-a como um ser que não deve pensar, mas apenas cumprir o papel que lhe foi confiado, obedecendo cegamente ao homem, seja ele o marido, o pai ou o irmão. Sem dúvida, muitas mulheres incorporaram esses discursos, não questionando essas atribuições. No entanto, ao nos depararmos com essas publicações, percebemos o incômodo que o feminismo causava, uma vez que, a presença do feminino em novos espaços, significaria perda do domínio masculino, desequilibrando o *status quo*.

Considerações finais

Durante a análise das publicações da revista *Era Nova*, percebemos o incômodo causado pelas transformações que vinham acontecendo no comportamento feminino, dessa forma, diferentes camadas de discursos foram construídas através da imprensa, que procuravam estabelecer “o lugar da mulher”, que condizia com os diferentes discursos difundidos pelas instituições de poder. Segundo Pinsky (2012), procuravam por meio de normas, as condutas femininas, demarcar o “lugar da mulher” e definir claramente que tipo de mulher seria alvo do respeito social.

A imprensa dedicava-se a descrever os contornos desta nova mulher, a “mulher ideal” do novo século, difundindo e definindo as imagens femininas que eram aceitas e bem vistas, desse modo, aquelas que não condiziam com os padrões ideais femininos, era alvo de repreensões. As feministas estavam entre elas, eram fortemente criticadas por suas condutas e ideais, dessa maneira, foram sendo construídas imagens sobre elas que provocassem rejeição, até mesmo por aquelas que se identificassem com algumas das reivindicações do movimento.

As imagens que circulavam nesse período era a da dicotomia homem/mulher, público/privado, razão/emoção. Elas estavam constantemente presentes na imprensa, sendo

essas diferenças definidas como naturais. As representações masculinas e femininas construídas nesses discursos não só consolidaram diferenças como continham hierarquias. Eram imagens de poder que explicitam visões mais voltadas para o “deve ser” do que para o “ser”. Num processo de construção das representações de gênero regido por uma dinâmica de relações de dominação e exclusão (MATOS, 2003).

Em vista disso, definir esses discursos como parte de uma violência simbólica nos ajuda a compreender como foram estabelecidas essas desigualdades, sendo elas percebidas como algo natural e irreduzível. Por isso, aquelas (es) que procuravam questionar esses valores eram alvo de estereótipos e ridicularizações, com intuito de desmoralizar suas questões. O movimento feminista que se configura no início do século XX, apesar das suas limitações, procurava quebrar algumas das barreiras que excluía as mulheres do poder de decidir sobre quem eram e o que poderiam ser. No entanto, por causa da má reputação que lhe foi atribuída, poucas mulheres se intitulavam enquanto feministas, porém, isso não diminuiu a importância da atuação daquelas que procuraram se estabelecerem nos espaços que até então lhes eram negados por causa do seu gênero, mesmo sem serem assim nomeadas.

Ao longo da trajetória do movimento feminista, suas militantes foram caracterizadas por imagens que as ridicularizavam e que as colocavam sob julgamento. Infelizmente, ainda hoje essas imagens e estereótipos sobre elas se perpetuam, sendo responsáveis em construir um estigma negativo sobre essas mulheres e suas demandas. Apesar de algumas discussões feministas estarem se popularizando e ganhando espaço em diferentes mídias, como a internet, os discursos antifeministas também se disseminam por essas mídias, vinculando as feministas a imagens pejorativas e colocando-as no lugar do ridículo e do grotesco, fazendo com que muitas mulheres tenham resistência ao feminismo e reproduzam preconceitos. Isso é preocupante no momento crítico em que vivemos onde os direitos das mulheres estão sendo desrespeitados e sofrendo retrocessos.

Por meio desse texto, procurou-se fazer algumas ponderações sobre como o antifeminismo aparecia na imprensa do início dos anos 1920. Apesar de não haver um movimento feminista organizado nesse primeiro momento, percebe-se que a fama dessas mulheres já não era muito boa, tendo os estereótipos acerca das feministas inglesas e americanas ajudado a criar um cenário pouco receptivo aqui no Brasil. Foram feitas análises pontuais de alguns textos da *Revista Era Nova*¹⁵, não esgotando as discussões sobre a temática, mas procurando instigar outras leituras por meio dessa abordagem.

¹⁵ Caso tenha interesse em ler mais sobre o tema meu trabalho de conclusão de curso foi acerca dos discursos antifeministas que circulavam na Paraíba dos anos 1920, intitulado: Megeras, Agressivas e Revoltadas: Uma

Referências

Fontes impressas

DESCONHECIDO. Tinham Razão. *Revista Era Nova*, ano 5, n. 86.

FERNANDES, Carlos Dias. Avô Bonifácio. *Revista Era Nova*, ano 2, n. 25.

VIOLÊTA. Cartas de Mulher. *Revista Era Nova*, ano 2, n. 33.

Bibliografia

ABRANTES, Alômia. Escritas e Inscritas: mulheres na imprensa dos anos 1920. In: _____; SANTOS NETO, Martinho G.(Orgs.) *Outras Histórias: Cultura e Poder na Paraíba (1889-1930)*. João Pessoa: Editora Universitária, UFPB, 2010, pp. 89-113.

ARAÚJO, Edna Maria Nóbrega; MENESES, Joedna Reis de. Tessituras da modernidade. In: ABRANTES, Alômia; SANTOS NETO, Martinho G.(Orgs.) *Outras Histórias: Cultura e Poder na Paraíba (1889-1930)*. João Pessoa: Editora Universitária, UFPB, 2010, pp. 11-38.

BOURDIEU, Pierre. *A Dominação Masculina*. 11 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BRANDÃO, Helena Hathsue Nagamine. *Introdução à análise do discurso*. 2 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

CHAGAS, Waldeci Ferreira. Urbanidade, Modernidade e Cotidiano na Parahyba do início do século XX. In: ABRANTES, Alômia; SANTOS NETO, Martinho G.(Orgs.) *Outras Histórias: Cultura e Poder na Paraíba (1889-1930)*. João Pessoa: Editora Universitária, UFPB, 2010, pp. 39-65.

CHARTIER, Roger. Diferença entre os sexos e dominação simbólica (nota crítica). *Cadernos Pagú (4)*, Núcleo de Estudos de Gênero da UNICAMP, 1995, pp. 37-47.

COSTA, Simone da Silva. *Feminismo e Igreja Católica: uma análise sobre a elaboração e práticas discursivas na Paraíba (1910-40)*. Tese (Doutorado em História), Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2015.

DUARTE, Constanca. *Nisia Floresta, a primeira feminista do Brasil*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2005.

ENGEL, Magali. Psiquiatria e feminilidade. In: DEL PRIORE, Mary (org.) & BASSANEZI, Carla (coord. de textos). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto/Ed. UNESP, 1997, pp. 322-356.

GONÇALVES, Andréa Lisly. *História & Gênero*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

- HALL, Stuart. *Cultura e Representação*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2016.
- LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla B. (Org.). *Fontes Históricas*. 3. Ed. São Paulo: Editora Contexto, 2015, pp. 111-153.
- MARTINS, Ana Luiza. Da fantasia à História: folheando páginas revisteiras. *Revista História*, 2003, vol. 22, n. 1, pp. 59-79. ISSN: 0101-9074.
- MATOS, Maria Izilda Santos de. Delineando corpos: as representações do feminino e do masculino no discurso médico. In: MATOS, Maria Izilda Santos de; SOIHET, Rachel (orgs.). *O corpo feminino em debate*. São Paulo: Editora UNESP, 2003, pp. 107-127.
- PEDRO, Joana Maria. O Feminismo de “segunda onda”. Corpo, prazer e trabalho. IN: PINSKY, Carla Bassanezi; _____ (Orgs.). *Nova História das mulheres*. São Paulo: Editora Contexto, 2012, pp. 238-259.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- PINSKY, Carla Bassanezi. A era dos modelos rígidos. In: _____; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). *Nova História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 2012, pp. 469-512.
- PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma História do Feminismo no Brasil*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2003.
- PISCITELLI, Adriana. Gênero: a história de um conceito. In: ALMEIDA, Heloísa Buarque de; SZWAKO, José (orgs.). *Diferenças, Igualdade*. São Paulo: Berlendis e Vertecchia, 2009, pp. 116-148.
- SALES, Ana Maria Coutinho de. Tecendo fios de liberdade: Escritoras e professoras da Paraíba do começo do século XX. *Tese de Doutorado* (Teoria Literária). Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2005.
- SILVA, Alômia Abrantes da. As escritas femininas e os femininos inscritos: imagens de mulheres na imprensa parahybana dos anos 20. *Dissertação de Mestrado* (História), Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2000.
- _____ (Orientadora); SOUZA, Vitória Diniz (bolsista). *Que elas querem?": Discursos sobre o Feminismo na Paraíba do início do século XX (1910-20)*. Projeto de Pesquisa. Programa de Iniciação Científica, Cota: 2016/2017, UEPB/CNPq. Guarabira, 2016.
- SKINNER, Quentin. *Hobbes e a teoria clássica do riso*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2002.

SOIHET, Rachel. A Conquista do Espaço Público. In: PINSKY, Carla B; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). *Nova História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 2012, pp. 218-237.

_____. Cem anos de violência simbólica. Saberes masculinos e representações femininas (1850-1950). In: _____. *Feminismos e antifeminismos: Mulheres e suas lutas pela conquista da cidadania plena*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013, pp. 17-53.

_____. Corpo feminino e formas de violência: discursos e práticas. In: SWAIN, Tania Navarro; MUNIZ, Diva do Couto Contijo (Orgs.). *Mulheres em ação: práticas discursivas, práticas políticas*. Florianópolis: Ed. Mulheres; Belo Horizonte: PUC Minas, 2005, pp. 305-336.

_____. Sutileza, Ironia e zombaria: instrumentos no descrédito das lutas das mulheres pela emancipação. *Revista Saúde, Sexo e Educação*, n.25, 2001.

SOUZA, Vitória Diniz de. *Megeras, Agressivas e Revoltadas: Uma análise dos discursos antifeministas na imprensa paraibana nos anos 1920*. Monografia de graduação em História, UEPB, Guarabira, 2017.